



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

ÉRICA APARECIDA DE SOUZA ¹
MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS ²

RESUMO

Debate-se sobre o lugar que a questão étnico-racial vem ocupando na formação profissional em Serviço Social. Objetivou-se identificar os desafios que o debate étnico-racial encontra na formação profissional em Serviço Social, descrever os avanços e as iniciativas da profissão quanto ao debate étnico-racial e analisar como este comparece no currículo do Curso de Serviço Social do IFCE Campus Iguatu. Realizou-se revisão de literatura e análise dos documentos produzidos pelas entidades representativas da categoria profissional e do Projeto Pedagógico do referido Curso. Concluiu-se que é necessário ampliar os estudos étnico-raciais, e introduzi-los de forma efetiva no Currículo do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Étnico-Racial. Serviço Social. Formação Profissional.

ABSTRACT

There is a debate about the place that the ethnic-racial issue has been occupying in professional training in Social Work. The objective was to identify the challenges that the ethnic-racial debate finds in professional training in Social Work, describe the

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Do Ceará

2 Professor com formação em Serviço Social. Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará

advances and initiatives of the profession regarding the ethnic-racial debate and analyze how it appears in the curriculum of the Social Work Course at IFCE Campus Iguatu. A literature review and analysis of documents produced by the representative entities of the professional category and of the Pedagogical Project of the referred Course were carried out. It was concluded that it is necessary to expand ethnic-racial studies and introduce them effectively in the Social Work Curriculum.

KEYWORDS: Ethnic-Racial Question. Social Service. Professional Qualification.

1. INTRODUÇÃO

Os espaços acadêmicos e de produção de ciências foram durante muito tempo, e ainda são, negados aos povos subalternizados. A ciência produzida por eles é, quase sempre descredibilizada ou tratada no âmbito da subjetividade. O que se observa mediante a esses fatos, é a necessidade do aval “branco” para dar credibilidade às suas produções, e até mesmo às suas narrativas. Os estudos sobre as relações étnico-raciais ao passo que se projetam dentro dos centros acadêmicos e são pautados pelos movimentos sociais, ainda enfrentam os desafios de se consolidar como debate central. No âmbito do debate acadêmico e da formação profissional em Serviço Social esses desafios não são menores.

A introdução do debate étnico-racial de forma mais complexa e estrutural na formação profissional de assistentes sociais para enfrentamento das desigualdades sociais, oportunizaria uma maior contribuição dessa categoria profissional na construção de uma sociedade livre de preconceito e discriminação, o que agregaria de maneira satisfatória a própria luta dos movimentos étnicos. Isso significaria dizer que, além de uma atuação mais efetiva, a adoção desse debate reforçaria e incentivaria a produção científica sobre a questão étnico-racial, além de uma maior aproximação com os movimentos negros, bem como, de uma história livre de estigmas e noções eurocentradas dos grupos étnico-raciais, sobretudo os (as) negros (as).

Neste sentido, a contribuição da pesquisa sobre a questão racial na formação profissional em Serviço Social está em possibilitar compreender porque a questão étnico-racial ainda é pouco tematizada na formação profissional em Serviço Social, apontando porém, os esforços que a profissão tem feito, nos últimos anos, no intuito de compreender a importância dos estudos das relações étnico-raciais para o entendimento do próprio fazer profissional. Além disso, traz uma contribuição no sentido de pensar como é possível introduzir de forma mais complexa esse debate no projeto pedagógico do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE *Campus* Iguatu, contribuindo com o seu processo de revisão curricular. Com isso, será possível fortalecer a luta pela construção de uma sociedade igualitária e livre de discriminação e preconceito, uma vez que os assistentes sociais, através dos princípios ético-políticos da profissão, têm uma contribuição importante na defesa de um novo projeto societário. E a construção deste, passa pela luta antirracista.

Dito isto, partindo da questão norteadora: quais os desafios para a implementação do debate étnico-racial na formação profissional em Serviço Social? A pesquisa realizada teve por objetivo geral: identificar os desafios que o debate étnico-racial encontra na formação profissional em Serviço Social e, dos pontos de vista específicos: descrever os avanços e as iniciativas da profissão no que se refere ao debate étnico-racial e analisar como a questão étnico-racial vem sendo tematizada no currículo do Curso de Serviço Social do IFCE *Campus* Iguatu.

A pesquisa embasou este estudo teve como objeto os desafios que o debate étnico-racial encontra para se efetivar dentro da formação profissional em Serviço Social. Para tanto foi realizada pesquisa documental, utilizando como fontes o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do IFCE *Campus* Iguatu para identificar como a questão étnico-racial está sendo tematizada na formação profissional ofertada pelo referido curso, além da análise de documentos produzidos pela categoria profissional dos assistentes sociais, através de suas entidades representativas: ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), tais como legislações, diretrizes, resoluções, orientações, manifestos. Também foi realizada revisão de

literatura, através de levantamento de artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, trabalhos apresentados em eventos de Serviço Social, livros e outros tipos de divulgação acadêmico-científica.

O artigo está dividido em três seções: a primeira discute acerca de como a questão étnico-racial aparece no projeto de formação profissional; a segunda aborda as iniciativas da profissão em relação à questão étnico-racial, sendo apresentados os avanços que a profissão fez nos últimos anos, buscando evidenciar a questão étnico-racial no Brasil como uma parte constitutiva do objeto da profissão; e a terceira seção apresenta como a questão étnico-racial vindo sendo debatida na formação profissional em Serviço Social, na particularidade do Curso de Serviço Social do IFCE *Campus* Iguatu, buscando analisar como a questão étnico-racial aparece no Projeto Pedagógico do referido curso e destacando algumas lacunas quanto à centralidade dessa temática no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, trazendo proposições de como pode ser melhor debatida, tanto nas disciplinas, quanto nas demais atividades acadêmicas.

Destaca-se que as reflexões aqui empreendidas são fruto de pesquisa realizada para subsidiar Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação e pode trazer contribuições para que outras Unidades de Formação Acadêmica – UFAs em Serviço Social (re)pensem seus currículos, na perspectiva da introdução do debate étnico-racial como questão central na formação profissional.

2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: PONTO DE PARTIDA PARA PENSAR A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Santos (2007) coloca que a partir dos anos 1980 vislumbrou-se avanços e rupturas significativas para a constituição ideo-política do Serviço Social brasileiro, marcado dentre outras, pelo rompimento com a base conservadora e tradicionalista. O autor expõe ainda que o Código de Ética de 1993 (CE) representa o alavancar da

profissão na divisão sócio-técnica do trabalho. Isso inclui o caráter político no âmbito da emancipação humana que somada ao Projeto Ético-Político (PEP), com seus princípios e valores, atribui uma autoimagem profissional com criticidade e propositividade, reconhecendo a classe trabalhadora como sujeito de direitos e que devem ser efetivados e garantidos por meio das políticas públicas.

Desde a década de 1990, o Serviço Social brasileiro vem afirmando e defendendo um Projeto Profissional norteador de formas estratégicas de um projeto profissional anticapitalista, que reconheça a classe trabalhadora como revolucionária e detentora da transformação societária perpetrada pelo modo de produção em curso (ORTIZ, 2015). Consubstanciado pela Lei que Regulamenta a Profissão e pelo Código de Ética Profissional, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social tem como compromisso o reconhecimento da liberdade como valor ético central “a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas: daí o compromisso com a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”. Consequentemente, esse projeto profissional está vinculado a um projeto de sociedade que propõe a construção de uma nova ordem social, livre de dominação e/ou exploração seja ela: de classe, etnia e gênero (NETTO, 2010, p. 104-105).

O Código de Ética Profissional de 1993, estrutura-se através de uma série de princípios, direitos, deveres e proibições norteadores do fazer ético profissional, e fortalece o exercício profissional livre de discriminação seja ela de gênero, etnia, classe, dentre outros, dando respaldo a um conjunto de ações profissionais preconizadoras dos interesses da classe trabalhadora – articuladas com outros sujeitos sociais – vinculando-se a construção de uma sociedade anticapitalista (CFESS, 2012).

Uma menção atribuída a questão étnico-racial pode encontrar-se no 8º princípio, em que: Opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. E ainda uma terceira menção, está situada no 11º princípio, que prima pelo: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 23 e 24) que surge a partir de uma reformulação do Código de Ética de 1993.

O Código de Ética traz ainda princípios que reforçam e defendem a eliminação das formas de discriminação e preconceito que aparecem como forma de deveres dos (as) assistentes sociais, como é o caso do capítulo 4º que dispõe das relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil, trazendo no art. 13 como dever do (a) assistente social:

b- denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã. c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras (CFESS, 2012, p. 34).

Compreendendo que o Projeto de Formação Profissional é parte constitutiva do Projeto Ético-Político e que a formação profissional tem como uma de suas orientações as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estas surgem com base na compreensão de uma revisão curricular que supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade.

A ABEPSS (1996) descreve para uma melhor compreensão da efetivação do projeto de formação profissional, onde as Diretrizes Curriculares estabelecem no seu terceiro alicerce, a *Nova lógica Curricular*, sendo um conjunto de conhecimentos indispensáveis que são constitutivos da formação profissional, apresentando as atividades e matérias imprescindíveis para a formação profissional, a exemplo, Estágio Supervisionado, e o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). São divididos em três Núcleos de Fundamentação, sendo eles: o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e por fim, o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Dentre os três Núcleos da Formação Profissional apenas o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional faz menção às relações étnico-raciais, que se expressam no contexto da Acumulação Capitalista e Desigualdade Sociais.

Isto posto, chegamos a uma preocupante situação: “O assistente social trabalha com a população negra sem ao menos conhecer a história, cultura e

problemática”, ou conhecendo superficialmente a realidade dessa população, uma vez que o debate racial parece não ganhar centralidade na formação profissional, conforme apontamos acima (NETTO, 2010, p.23).

Sobretudo, em se tratando da realidade brasileira, que além de entrar tardiamente no circuito capitalista, não foi capaz de resolver a questão étnico-racial através da ressocialização dos escravizados na sociedade e no trabalho pago logo após a abolição da escravatura. Nesse sentido, para compreender as desigualdades precisamos conhecer as particularidades da estrutura social brasileira uma vez que: “A resistência de negros e negras já levantava a possibilidade de desorganização do trabalho. Então cresceu a exaltação a respeito das vantagens de trazer imigrantes europeus e, como corolário, “descobriu-se” a incapacidade do(a) brasileiro (a) negro(a) (MADEIRA, 2015, p. 466-467).

Madeira (2015, p. 23) problematiza o fato de alguns autores que acabam por cair em certos “reducionismos” ao apontar a questão étnico-racial apenas através do ponto de vista econômico. Assim, a autora aduz que o preconceito racial é reduzido a um acontecido de classe, podendo encontrar a desigualdade racial dentro de partes destituídas em conjunturas econômicas. Compreendendo dessa forma, que problemas relacionados a negros/as estariam reduzidos as partes operárias e aglomerados populares, não avistando formatos específicos para dominação do segmento.

Um fato que corrobora com esse argumento encontra-se em Ianni (2004, p. 21) em que “a questão racial envolve a prática racista permeada pelas relações de poder econômico, ideológico, político e social”. O autor elenca que mais do que uma questão étnico-racial revelada em sua particularidade inquestionável, leva ainda a compreensão da identidade e singularidade, vem como as diversificações e desigualdades no que concerne a cooperação e hierarquização do todo.

Madeira (2017) considera a relevância de examinar a perspectiva marxista de explicação do racismo como uma interpretação mais densa, pois vêm tratar as contradições, antagonismos, e as dimensões históricas e políticas de acúmulo de desigualdades raciais e seus resultados como “a reprodução do ciclo de desvantagem, da falta de oportunidade para o grupo populacional não branco,

gerando uma diminuta ou quase inexistente mobilidade social e política para eles” (MADEIRA, 2017, p.25).

Por essa razão, sobretudo na realidade brasileira, se faz tão pertinente o recorte de raça para explicar as estruturas de poder, pois, se levarmos em consideração apenas o recorte da classe, estaremos invisibilizando talvez um dos principais aspectos da desigualdade social no nosso país, que é o racismo. Nesse ponto a autora onde traz que o Serviço Social, apesar de possuir um direcionamento, posicionamento e princípios éticos profissionais, os sentidos formativos acadêmicos não possuem o cuidado e atenção na introdução de materiais que discutam questões étnico-raciais. Para a autora, sem apreender, problematizar e analisar a história, o processo de construção de identidades e as lutas em busca da efetivação da cidadania da população negra, a prática profissional das diversas áreas do conhecimento, sobretudo, a dos assistentes sociais, infelizmente irá contribuir para a perpetuação das desigualdades sociais baseadas na raça. Mais do que as ideologias neoliberais, neocoloniais e neofacistas, ainda existe a interferência drástica na forma como o conhecimento acerca do racismo é disseminado. Podendo ser visto uma reafirmação de uma suposta democracia racial associada a uma minimização dos efeitos que o racismo causa nas pessoas e nas relações (IANNI, 2004).

Santos (2015) salienta a necessidade de preocupar-se com o fato de a formação profissional não contemplar de forma significativa as questões de raça, pois isso poderia repercutir no fazer profissional frente a essas questões, ressaltando que esclarecer a população além de indispensável, é uma forma de garantia do acesso a direitos por muitas vezes desconhecidos por eles. O autor afirma ainda que a superação de situações equivalentes seja capaz de abranger variadas frentes, todavia, o aspecto mais assertivo ocorrerá através do processo de formação em Serviço Social, com modificações e adições nos modelos acadêmicos, bem como nos currículos dos cursos de graduação.

Para isso, reafirmamos a necessidade do entendimento acerca da questão étnico-racial no Brasil, tendo esse diálogo através de uma teoria crítica que, segundo Madeira (2017), esteja pautada em uma concepção histórica significativa

na constituição da formação econômica, social, política e cultural dos indivíduos dentro de suas situações singulares.

3. INICIATIVAS E DESAFIOS DA PROFISSÃO EM RELAÇÃO À QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Silva e Carvalho (2015) constataram que até o ano de 2004 não foi encontrada nenhuma produção feita em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com temáticas acerca de questões étnico-raciais. Dessa forma, os autores enfatizam também o desafio que graduandos podem enfrentar no seu processo de graduação quanto a importância de conhecer e se aprofundar na temática, uma vez que não estando inserido nos Currículos, acabam por impactar a quantidade e qualidade dos debates diante do percurso acadêmico.

Dados coletados nos eixos temáticos de pesquisa, junto a programas de Pós-Graduação em Serviço Social analisaram cerca de 760 teses e dissertações defendidas entre os anos de 1998 até 2002. Assim, considerando tais, pode-se perceber que o eixo “Etnia, Gênero e Orientação Sexual” abrangem 35 produções, representando apenas 4% da produção total, ainda assim, não foi possível identificar quantas dessas pesquisas fizeram referência direta à questão racial (SILVA E CARVALHO, 2015).

Oliveira (2015) corrobora com os demais autores que relatam sobre a ausência das temáticas étnico-raciais pontuando que em instituições federais como os IFES, disciplinas voltadas a essas discussões são pouco encontradas, evidenciando que em 17 disciplinas encontradas nos currículos institucionais, 08 fazem parte de um componente obrigatório e 09 são optativas. Dessa forma, a autora ressalta a tamanha dificuldade no ensino de tal matéria, uma vez que a não inclusão acaba por prejudicar uma formação pluralista.

A autora traz ainda que embora o Serviço Social uma profissão que caminha para uma mudança societária, visando uma emancipação política e

humana dos sujeitos através do objetivo de erradicar todas as formas de discriminação, seja ela de gênero, raça e classe, a resolução dessas questões está sobretudo longínqua, por conta de ideologias presentes na sociedade que dificultam, demasiadamente, a atuação dos assistentes sociais, citando como exemplos as ideologias neoliberais, neocoloniais e neofacistas (OLIVEIRA, 2015).

Levando em consideração tal discussão, Filho (2008) realizou pesquisa buscando identificar a compreensão de discentes e docentes sobre a questão étnico-racial, na qual problematizou-se a pertinência da introdução de disciplinas específicas acerca da história e da cultura afro-brasileira. Ao fazer isso, constatou-se que o conhecimento dos docentes e discentes sobre tal temática ainda é limitado, estereotipado e com pouca criticidade. Por isso, o autor acaba por reforçar a necessidade e a importância de se desenvolver melhor o debate étnico-racial na matriz curricular do curso, também no sentido de espalhar esse debate para a sociedade como um todo.

Silva e Carvalho (2015) corroboram com o pensamento, expondo que mesmo após anos dos dados coletados pela pesquisa de Filho (2008), a realidade de hoje não é muito diferente de anos atrás. Evidentemente, apesar de avanços significativos na produção e disseminação das pesquisas baseadas no debate étnico-racial, ainda existe uma longa caminhada para consolidá-lo. Enfrentando assim novos e antigos percalços.

Ações desencadeadas por entidades organizativas da categoria (CFESS/CRESS, ENESSO E ABEPSS) fazem parte de um conjunto de iniciativas que têm por objetivo dar segmento a construção de um currículo antirracista, dentre elas pode se encontrar a criação e desenvolvimento do GTP (Grupo Temático de Pesquisa) “Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade” da ABEPSS. É possível perceber o reconhecimento como uma ferramenta fundamental para o pensamento teórico, citando grupos temáticos de pesquisa como um essencial espaço dinâmico, provocador e ativo na movimentação e produção do conhecimento. Tais grupos reforçam a participação de pesquisadores da área de serviço social, que levantem temáticas específicas, para dessa forma contribuir na discussão liberal de temáticas relevantes (ABEPSS, 1996).

Através da iniciativa da ABEPSS (1996), as discussões acerca da questão étnico-racial vão aos poucos se consolidando e ganhando espaço, para que pesquisadores sejam encorajados a desenvolver pesquisas em contribuição para a mudança social, sobretudo no tocante à questão étnico-racial. Sendo também reforçadas a defesa de teses e dissertações, bem como as produções em periódicos com as revistas *Libertas* (2013), *Temporalis* (2014), *Argumentum* (2017), *Ser social* (2017) e *Serviço Social e Sociedade* (2018).

O CFESS (2016) relata o 39º Encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS que descreve a aprovação da defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social, tendo ocorrido nos dias 09 a 12 de setembro de 2010 em Florianópolis/SC, o evento contou com a participação de estudantes e principais representantes da categoria, reforçando a importância da luta pelas ações afirmativas. Tendo ainda o lançamento da Brochura do CFESS publicada em 2016 “**Assistente Social no combate ao preconceito – Caderno 3 Racismo**”, orientando para uma intervenção profissional comprometida com a defesa da garantia de direitos e com as lutas coletivas de enfrentamento ao racismo e de suas múltiplas expressões na vida social, além de destacar alguns conceitos, ainda que em forma de síntese, úteis intervenções no campo profissional e em estudos relativos à temática étnico-racial.

Em 2018 o CFESS (Gestão 2017-2020) lançou a Campanha “**Assistentes Sociais no combate ao racismo**”. O documento da Campanha descreve um resumo das ações, dados relevantes, imagens, textos sobre o tema, além dos depoimentos de assistentes sociais que se engajaram e replicaram a ideia em seus espaços de trabalho. A ampliação do debate da questão étnico-racial na formação profissional pode, sem dúvida, impactar na cultura profissional e organizativa das futuras gerações de assistentes sociais brasileiros(as), consolidando as práticas antirracistas vinculadas ao trabalho profissional.

O CFESS dispõe ainda da edição do “**CFESS Manifesta**”, em alusão ao dia 20 de novembro, realizando uma campanha para o reconhecimento da liberdade como um valor ético central, um princípio fundamental do projeto societário defendido pelo Serviço Social, e que pode ser indagado para uma reflexão de que o

primeiro passo para liberdade do nosso povo brasileiro é conhecermos nossas raízes. Dispõe ainda que a campanha deve abordar o contexto étnico-racial, buscando trazer igualmente um protagonismo as questões da LGBTQfobia reforçando o recorte étnico-racial das opressões sofridas por esse grupo especificamente.

E por fim, através da Executiva Nacional da ABEPSS (2017-2018) Gestão “**Quem é de luta resiste**”, foram criados os **Subsídios para o Debate da Questão étnico-racial na Formação em Serviço Social (2018)**, que cumpre o objetivo de contribuir e direcionar a discussão sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais. Nos quais está expresso que a questão étnico-racial, como um elemento estruturante das relações sociais,

deve ser aprendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, sendo subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão racial na formação (ABEPSS, 2018, p. 19).

Madeira (2017) corrobora com as questões citadas acima, uma vez que todas essas iniciativas fazem parte de um conjunto de ações, que visam a contribuição com a luta antirracista e que através delas são elaborados subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Desta forma, o desafio às entidades da profissão é construir táticas e estratégias de consolidação do projeto profissional crítico, assim como oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação profissional antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda no que se refere às ações da profissão sobre a questão étnico-racial, em 2019 os eventos comemorativos alusivos ao dia do/a assistente social tiveram como tema: “**Se cortam direitos quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano**”, trazendo ao debate as desigualdades raciais enfrentadas pela população negra e como a profissão vem enfrentando o racismo no cotidiano do exercício profissional.

4. A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA PARTICULARIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO IFCE CAMPUS IGUATU

O Curso de Serviço Social do IFCE *Campus* Iguatu foi criado em 2010 através da Resolução IFCE Nº 023, de 31 de Maio de 2010, tem como objetivo:

Formar Bacharéis em Serviço Social qualificados nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política capacitados para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, por intermédio de políticas sociais e do fortalecimento dos sujeitos coletivos, subsidiando-os na promoção e exercício pleno da cidadania e democracia (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2013, p. 14).

A formação profissional ofertada pelo referido Curso está organizada de acordo com os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares. Para além da organização das disciplinas distribuídas nos Núcleos, o Curso conta com atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão articuladas por dois Núcleos de Estudos e Pesquisa, quais sejam: Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social – NEPSSS e Núcleo do Trabalho, Serviço Social e Políticas Sociais – NETRASS. No que concerne a como o curso oportuniza atividades que tematizem a questão étnico-racial, através de levantamento realizado nos registros das produções científicas do Curso, se pôde notar que nos dez anos de sua existência, apenas uma pesquisa foi realizada sobre a questão étnico-racial. Trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso de Oliveira (2019). Nenhum projeto de extensão foi realizado por esses Núcleos tendo como tema central a questão étnico-racial como discussão.

Sabe-se que o Projeto Pedagógico do Curso – PPC (2013) vem passando por um processo de revisão por parte do Núcleo Docente Estruturante – NDE, porém, na atual realidade do Curso, a temática aparece como uma discussão frágil e tímida nas disciplinas, ganhando evidências em situações onde o docente possui alguma proximidade com o conteúdo a partir de sua produção acadêmica individual. Dessa forma acaba por ser um quadro preocupante, uma vez que os usuários das políticas sociais são em sua maioria negros(as), tornando-se necessário que os

profissionais reconheçam os elementos de desigualdade que operam a partir do racismo estrutural³ e que chegam como demandas para a profissão. O PPC atual só prevê o debate étnico-racial em uma disciplina: a de Relações de Gênero, Classe e Etnia.

Dessa forma, analisando disciplinas listadas no Projeto Pedagógico do Curso (2013), vale destacar e discutir conteúdos que poderiam aprofundar o debate sobre a questão étnico-racial no Currículo do Curso de Serviço Social do IFCE, a partir da análise de suas ementas, tal como estão dispostas no atual Projeto Pedagógico de Curso. Tal análise também contribui para apontar sugestões a outros Cursos de Serviço Social que ainda não tenham organizado seus currículos com o intuito de fomentar a inserção do debate étnico-racial como estruturante na compreensão da sociedade capitalista e suas desigualdades.

Olhando às particularidades da “questão social”⁴ brasileira, estando em referência com o que se é visto na disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I no PPC (2013), o debate étnico-racial poderia facilmente ser abordado, uma vez que a entrada do Brasil no cenário capitalista se deu de forma tardia e considerando o contexto escravista vivenciado por muitos negros no Brasil. O Serviço Social em sua gênese atuava através de práticas de ajustamento e higienistas, ou seja, mais um aspecto do contexto étnico-racial influenciando o fazer profissional. Isso se justifica pelo fato do movimento eugenista influenciar fortemente as relações sociais do nosso país durante muito tempo. Podendo observar a ementa de outra disciplina, como:

Disciplina: Formação Sócio-histórica e Econômica do Brasil

Ementa: Aspectos sócio-históricos da formação do Brasil: o escravismo colonial e

³Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas, econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta: a) de forma circunstancial; b) em conexão com as transformações sociais (ALMEIDA, 2019, p. 20).

⁴Conforme compreensão de Iamamoto (2001): “A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IAMAMOTO, 2001, p. 17; grifos da autora). É imprescindível compreender o desenvolvimento capitalista a partir não só do conceito de classe, mas também entender como a raça é imprescindível para se reconhecer a reprodução da exploração e das opressões, neste sentido, não existe uma hierarquização em relação a essas categorias, uma vez que se entrelaçam. Conforme aponta Ianni (2004, p. 147): “[...] a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. [...] Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação” (IANNI, 2004, p. 147).

sua herança. A particularidade do processo de inserção brasileira nas relações capitalistas de produção e seu papel na divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento econômico de caráter dependente e agroexportador. A modernização conservadora e suas implicações políticas e econômicas: nacionalismo, patrimonialismo e desenvolvimentismo. Configuração do Estado brasileiro: classes sociais e institucionalidade do poder político. Os impactos contemporâneos da reestruturação e crise capitalista no sistema político e econômico brasileiro (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2013, p. 47).

Pode-se perceber nessa disciplina, a presença do modelo econômico e escravista e a sua transição para o modo de produção capitalista, entretanto, ideologicamente, a forma como a estrutura social forjada através das relações raciais constituídas a partir do escravismo acaba por se tornar um tema secundário em detrimento do contexto econômico. Ambos os debates são indissociáveis. Ademais, o contingente de pessoas descartadas do processo de escravidão, dos quais, igualmente não foram assimiladas ao trabalho assalariado, foi um dos fatores preponderantes para a forma latente de desigualdade que tem de ser enfrentado nos dias atuais. Outro ponto preocupante, e digno de menção, consiste no uso de bibliografias que reforçam o sórdido mito da democracia racial⁵ através de autores que corroboram com essa perspectiva, como exemplo Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, estando em contrapartida, a ausência dos trabalhos de forma mais robusta de autores que refutam essa perspectiva. Dessa forma, é possível perceber a necessidade que a disciplina tematize o racismo estrutural como amálgama do capitalismo e das relações sociais brasileiras, sendo visto a necessidade de incorporar bibliografias críticas que possam ultrapassar o reforço da democracia racial. Vendo tal debate como imprescindível para a compreensão do objeto da profissão, estando à questão social como uma temática de grande relevância e necessidade para compreensão da questão racial (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2013).

Ademais, outra ementa importante para se discutir é a da disciplina:

⁵O mito da democracia racial surge por meio de Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*, e quando esta se consolida como ciência capaz de perpetuar o ideal de igualdade racial e embranquecimento social. Assim, Hasenbalg (1979, p. 238) traz: "[...] o ideal de branqueamento tornou-se parte do projeto das elites dominantes para transcender o subdesenvolvimento. O ideal [...], já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização ex-post do avanço do estágio da mestiçagem racial da população do país, como também refletia o pessimismo racial do fim do século XIX." (HASENBALG, 1979, p.238).

Disciplina: Questão Social e Serviço Social

Ementa: Gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista: a “questão social” como um aspecto central. A centralidade da relação capital/trabalho na análise da “questão social”. A particularidade da formação social brasileira: expressões da “questão social” e suas formas de enfrentamento. A “questão social” como eixo fundamental do Serviço Social: perspectivas teórico-metodológicas. Transformações societárias e “questão social”: abordagens contemporâneas, tendências de enfrentamento e rebatimentos sobre a profissão (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2013, p. 57).

Analisando tal disciplina do Projeto Pedagógico de Curso (2013) é importante discutir a questão social na sociedade capitalista e seus rebatimentos para o Serviço Social, assim como as formas de enfrentamento a essas expressões. Embora essa discussão seja extremamente relevante para a formação profissional, e por isso, possui justificável centralidade na disciplina, o recorte étnico-racial presente na formação social brasileira passa quase que despercebido subordinado às questões de classe. Entendendo a perspectiva do racismo estrutural brasileiro, e que através disso se constituem as relações políticas sociais e econômicas capazes de justificar boa parte das desigualdades sociais, o debate étnico-racial merecia uma maior centralidade dentro dessa disciplina.

Tendo em vista a importância de se analisar a disciplina de Relações de Gênero, Classe e Etnia ainda no Projeto Pedagógico de Curso (2013), é possível ver o fato da questão étnico-racial quase sempre ficar subordinada a outras categorias de debate, possuindo uma discussão superficial e tendo aspectos de sua luta pouco ou quase nunca mencionados, supondo dessa forma uma necessidade de atualização dessa disciplina. Embora a ementa aponte o debate acerca da discriminação racial, das políticas sociais relacionadas à raça e etnia, e do movimento negro, a disciplina ao longo dos anos foi sendo reduzida aos estudos de gênero, pautas das mulheres e movimentos feministas. Muitas vezes sequer sendo tematizado o movimento feminista negro. A questão da raça só aparece quando o “nó” gênero, raça/etnia e classe é tratado a partir das elaborações teóricas de Saffioti. O que acaba indo em desencontro com o que se é descrito em sua ementa, como pode ser visto:

Disciplina: Relações de Gênero, Classe e Etnia

Ementa: Conceito de gênero, raça e etnia: enfoques teóricos e históricos. Patriarcado, papéis sociais e relações de poder. Divisão social do trabalho e questão social: uma análise das relações de classe, gênero, raça e etnia. As particularidades das relações de gênero, raça e etnia na formação das classes no Brasil. Debate

sobre preconceito e discriminação de gênero e racial na sociedade brasileira. Lutas sociais e organizações políticas: movimento feminista e negro. Políticas sociais, gênero, raça e etnia: transformações societárias e tendências contemporâneas (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2013, p. 93).

Os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social elaborados pela ABEPSS (2008, p. 20) orientam que:

a inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos temas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra é premente no processo de formação em Serviço Social. Para além de cumprir ditames legais, o compromisso ético-político profissional com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária deve assegurar que essa discussão não fique à margem dos debates macrosociais, como os que tratam da contrarreforma do Estado, que tem impacto avassalador sobre as camadas mais empobrecidas da sociedade; da reestruturação produtiva, que joga para a informalidade números exorbitantes de trabalhadores; da criminalização da pobreza; e do extermínio da juventude. Estas, entre tantas outras expressões da questão social, têm na população negra o seu peso maior

Oliveira (2019) expõe que poderiam ser enumerados muitos porquês quanto a necessidade de se existir debates sobre a questão étnico-racial em todas as disciplinas do Curso de Serviço Social, pois muito se fala em desigualdade social, das formas de opressão e das discriminações e exclusões no decorrer da formação profissional, podendo se observar o quanto se é presente a questão social, uma vez que o debate étnico-racial se faz presente em todas as categorias que fazem parte da estrutura social brasileira. Tendo em vista a questão de temporariedade de carga horária e da necessidade de se priorizar certos conteúdos nas disciplinas, os autores acreditam que se houvesse um maior desenvolvimento, reflexões e teorizações sobre a questão étnico-racial nas disciplinas acima mencionais, elas poderiam contribuir de forma muito eficaz para a formação profissional a identificar os aspectos do racismo, fortalecendo a defesa intransigente dos direitos humanos da população negra por parte dos assistentes sociais na intervenção profissional.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada teve o intuito trazer uma reflexão e debate

acerca da questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social. Podemos observar que ainda que tenhamos avançado no sentido de começarmos a introduzir o debate acerca da questão étnico-racial no Serviço Social como uma questão central para entender a sociedade brasileira e as desigualdades sociais, é digno salientar que os primeiros passos embora dados, necessitam de maior qualificação no contexto da formação profissional. Assim, as informações e dados apresentados neste trabalho tanto contribuem de forma significativa ao campo de estudo da questão étnico-racial, como ao campo de estudo do Serviço Social, pois é preciso, ainda, reforçar a construção, a socialização de conhecimento e a produção científica acerca da questão étnico-racial.

Além disso, a questão étnico-racial deve ser pensada pela categoria profissional como mediação fundamental do exercício profissional. Assim, há a necessidade que sejam realizadas pesquisas para identificar a percepção dos Assistentes Sociais com relação à questão étnico-racial no seu exercício profissional, afim de identificar como os profissionais tem atuado tanto no enfrentamento ao racismo, quanto na construção de propostas institucionais que levem em considerações a cultura do povo negro, suas tradições, suas formas de organização política, contribuindo para a eliminação de toda a forma de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS – **Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº273/93** de 13 de março de 1993 – Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. CFESS (Org.). Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília/DF: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf Acesso em: 14 de Outubro de 2021.

FILHO, J. B. da S. O negro e o Curso de Serviço Social da UFF. **Revista África e Africanidades** - Ano I - n. 2 – Agosto. 2008 - ISSN 1983-2354. Disponível em:

www.africaeafricanidades.com Acesso em: 11 de Outubro de 2021.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; IUPERJ; Ucam, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n. 03, Brasília: ABEPSS, 2001.

IANNI, O. **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante** – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MADEIRA, M, Z. de A. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/argumentum/article/view/15440>
Acesso em: 13 de Outubro de 2021.

MADEIRA, Z.; COSTA, R. G. da. As relações étnico-raciais e a implementação da lei 10639/03. **Revista de Políticas Públicas**, 2015. Fortaleza/CE.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, F. C. **Questão Racial e Serviço Social: Um debate necessário** – 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal do Ceará, Bacharelado em Serviço Social, Campus Iguatu, 2019.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

OLIVEIRA, J. M. S. de. **A transversalidade da questão racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras**. 129 p. il. Dissertação (Mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19825/1/DISSERTA%20FINAL%20JULIANA%20MARTA%20%281%29.pdf> . Acesso em: 16 de Outubro de 2021.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. IFCE, 2013.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. Coleção: Questões da nossa época**. In: Santos, Josiane Soares, ed. São Paulo: CORTEZ, Cap. 3. 2007.

SANTOS, R. E. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. In: **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.100-113, jan./jun. 2015.

,